



GABINETE DO MINISTRO DOS  
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exmo. Senhor  
Eng.º Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete de S. Exa o  
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

**Assunto:** Resposta à Pergunta Parlamentar nº 4927/XIII/2ª de 08 de agosto de 2017

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, formulada por Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, esclarecer o seguinte:

O Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem acompanhado com especial atenção os acontecimentos na Venezuela e prestado, desde o primeiro momento, todo o apoio à vasta comunidade portuguesa ali residente, e também aos que decidiram deixar aquele país. Este apoio só tem sido possível devido, nomeadamente, ao funcionamento eficaz de um trabalho em rede e ao estabelecimento de canais de comunicação entre o Governo da República, as autoridades venezuelanas, a comunidade portuguesa e o Governo Regional da Madeira.

As deslocações efetuadas pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP) à Venezuela foram, aliás, determinantes para agilizar esses canais de comunicação. Com as autoridades venezuelanas, esse canal permite melhor garantir a segurança e a proteção aos cidadãos nacionais e luso-descendentes, bem como aos seus estabelecimentos comerciais. Com a rede consular e diplomática, essencial na prestação de serviços de proteção e de apoio consulares, bem como no diálogo com as autoridades venezuelanas. Com a rede associativa na Venezuela, que mobiliza dezenas de milhares de pessoas e tem sido fundamental na identificação e apoio aos casos mais problemáticos. Foi igualmente agilizado um canal de comunicação com a rede de pequenos, médios e grandes empresários, que contribuem para o emprego de dezenas de milhares de portugueses e luso-venezuelanos, e que tem uma presença importante na vida económica do País.

Entre as decisões entretanto tomadas, algumas resultantes dos contactos a nível político, destaca-se: o reforço dos meios de segurança à embaixada e aos consulados; o reforço dos meios de atendimento consular a par da colocação de uma funcionária com funções de conselheira social para auxiliar cidadãos e associações nos pedidos de apoio à Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas; a concessão de apoio financeiro a instituições que prestam cuidados de saúde e de mobilidade a idosos e, ainda, a garantia de uma assistência mais regular aos portugueses detidos. As questões de natureza económica e empresarial, onde, entre outras, se encontram assuntos relativos à TAP, também têm vindo a ser tratadas.

Mais recentemente, e na sequência de uma visita à Venezuela do SECP e do Secretário Regional com a tutela das comunidades do Governo Regional da Madeira, foram obtidos por parte das autoridades venezuelanas três importantes compromissos: realização de reuniões entre os empresários, cujos estabelecimentos foram objeto de destruição e assaltos, e as autoridades policiais e criminais para apurar responsabilidades e identificar o valor dos prejuízos; libertação da matéria-prima essencial à indústria de panificação; e avaliação dos custos da regulação dos preços e agilização do trabalho de visita aos detidos portugueses.

Nas reuniões efetuadas com os serviços consulares e diplomáticos avançou-se com um plano de permanências consulares e sociais em todos os Estados da Venezuela de forma a identificar situações de carência social e canalizar os apoios socioeconómicos necessários. Com vista a uma avaliação rigorosa, já foram visitados 17 dos 23 Estados venezuelanos e contactadas centenas de cidadãos nacionais que vivem longe dos grandes centros urbanos. Foram também atribuídos novos apoios financeiros ao movimento associativo, nomeadamente para cuidados de saúde e alimentares e adotados mecanismos mais ágeis para a prestação do Apoio Social para Idosos Carenciados (ASIC) e Apoio Social para Emigrantes Carenciados (ASEC). Por outro lado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros reforçou, durante todo o ano de 2016 e 2017, a capacidade de resposta no apoio às famílias de portugueses na Venezuela, nomeadamente aos familiares detidos.

Cumprir ainda referir a intensificação da cooperação entre o Governo da República e o Governo Regional da Madeira. É possível melhor identificar as principais carências dos cerca de 3 mil luso-venezuelanos que regressaram à região, e, designadamente, responder à necessidades dos cidadãos indevidamente documentados; dos que pretendem aprender a língua portuguesa; dos que querem ver reconhecidos o seu percurso escolar e académico; dos que pretendem obter formação e qualificação profissional e pretendem iniciar a sua própria empresa e, ainda, dos que têm necessidade de recorrer aos instrumentos de apoio e solidariedade social.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Rita Laranjinha

/MM